



## O poder educativo das imagens dos quilombos/quilombolas no Livro Didático de Geografia.

Taís de Medeiros Silva <sup>1</sup>

### RESUMO

Este trabalho visa analisar como são apresentadas as imagens dos quilombos/quilombolas nos livros didáticos de Geografia, e sua atuação na construção de discursos sobre a luta dos negros no Brasil, a partir das obras aprovadas no Programa Nacional do Livro e do Material Didático 2020 – PNLD. A pesquisa que ampara esta escrita buscou compreender o quanto essas imagens são constituidoras de significados na construção de uma suposta verdade ou realidade sobre questões étnico-raciais, entendendo os livros didáticos enquanto um artefato cultural, produtor de saberes e que está imerso em relações de poder, especialmente pela produção orquestrada pelo PNLD. Para isso, foi necessário examinar o eurocentrismo que ainda se faz presente na representação dos negros nas coleções selecionadas para esse trabalho, que tem o homem branco enquanto norma e reproduzindo, ainda, um discurso colonial. Buscamos, como referenciais teóricos prévios, aqueles que puderam oferecer ferramentas de análise para esta pesquisa, Educação Étnico-Racial, Educação Antirracista, Metodologias Pós-críticas e Geografia Escolar, nesse contexto foram utilizadas as reflexões contidas nos estudos de Ivaine Tonini, Aldo Oliveira, Marlucy Paraíso, Larissa Corrêa Firmino, Glauber Barros Alves Costa e Débora Nunes Dantas, Edmilson Suassuna da Silva, Maria Simone Vione Schwengber e Diogo Pereira Duarte. Através das imagens dos quilombos/quilombolas analisadas verificou-se que o preconceito e a discriminação ainda aparecem no livro didático, devido as diferenciações na forma como são representados os negros e os brancos, perpetuando estereótipos negativos sobre esta parcela da população.

**Palavras-chave:** Livro Didático. Imagem. Quilombo. Geografia Escolar.

### ABSTRACT

This work aims to analyze how images of quilombos/quilombolas are presented in Geography textbooks, and its performance in the construction of speeches on the fight of black people in Brazil from the books approved in the Programa Nacional do Livro e do Material Didático 2020 (PNLD - Brazilian Textbook Program). Research supporting this writing sought to understand how these images constitute meanings in the construction of a supposed truth or reality on ethnic-racial issues, understanding textbooks as a cultural artifact, producer of knowledge and immersed in relationships of power, especially by the production orchestrated by the PNLD. This was achieved by analysing the Eurocentrism that is still present in the representation of black people in the collections selected for this research, which have the white man as a norm and also reproduces a colonial discourse. We searched theoretical references that could offer analysis tools for this research, like Ethnic-Racial Education, Anti-racist Education, Post-critical Methodologies and School Geography. In this context, the reflections contained in the studies of Ivaine Tonini, Aldo Oliveira, Marlucy Paraíso, Larissa Corrêa Firmino, Glauber Barros Alves Costa and Débora Nunes Dantas, Edmilson Suassuna da Silva, Maria Simone Vione Schwengber and Diogo Pereira Duarte. Through the images of the quilombos/quilombolas analyzed, it was found that prejudice and discrimination still appear in textbooks, due to the differences in the way black people and white people are represented, perpetuating negative stereotypes about the former.

---

<sup>1</sup> Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - RS, [taism.geo@gmail.com](mailto:taism.geo@gmail.com);



**Keywords:** Textbook. Image. Quilombo. School Geography.

## INTRODUÇÃO

Este texto apresenta resultados de uma pesquisa que buscou compreender o quanto as imagens são constituidoras de significados na construção de uma suposta verdade ou realidade sobre questões étnico-raciais. Para isso foi necessário examinar o eurocentrismo que ainda se faz presente na representação dos negros nas coleções didáticas selecionadas para o trabalho, a representação eurocêntrica tem o homem branco enquanto norma e reproduz, ainda, um discurso colonial.

O objetivo central desse estudo foi analisar como são apresentadas as imagens dos quilombos/quilombolas nos livros didáticos de geografia e como atua na construção de discursos sobre a luta dos negros no Brasil, a partir das obras aprovados no Programa Nacional do Livro e do Material Didático 2020 – PNLD. Para isso fez-se necessário: a) apresentar os diferentes significados da palavra quilombo ao longo do tempo, bem como na atualidade, assim como a legislação brasileira referente aos remanescentes de quilombos; b) analisar as imagens dos quilombos/quilombolas nos livros didáticos de geografia enquanto constituidoras de significados na construção de verdades sobre a luta dos negros brasileiros; c) compreender o livro didático enquanto artefato cultural imerso em relações de poder, especialmente pela produção orquestrada pelo PNLD.

Dessa maneira refletiu-se sobre o poder educativo das imagens para o entendimento dos quilombos enquanto espaço de luta /resistência dos quilombolas à luz da lei 10.639/2003. A população negra representa mais da metade da população brasileira e, em pleno século XXI, as pautas raça/racismo/representatividade seguem buscando seus espaços de fala. Por isso, a vontade de contribuir, de alguma forma, na luta para obtenção de direitos civis e políticos do povo negro no país, nos levaram a percorrer, através dos quilombos, as narrativas do preconceito, da segregação, da busca por protagonismo, na valorização da identidade negra e valorização de sua história.

O artigo foi dividido em três partes, no primeiro momento, tendo o livro didático enquanto *corpus* de análise, traz-se o caminho metodológico utilizado, cujo objetivo é a desconstrução de discursos e métodos rígidos na produção de conhecimento através da abordagem pós-crítica, que tem o sujeito como foco principal e oportuniza a compreensão de estigmas étnicos e culturais, tais como a racialidade, o gênero, a orientação sexual e os elementos próprios das diferenças entre as pessoas. O segundo momento dedicou-se ao



referencial teórico, trabalhando com o desenvolvimento do Programa Nacional do Livro e do Material Didático – PNLD no Brasil e o livro didático enquanto produtor de significados e disseminador de um conhecimento. A seguir é trabalhada a Lei nº. 10.639 e sua importância valorização da história e da cultura africana e afro-brasileira. A última parte do texto analisa as imagens dos quilombos/quilombolas e o contexto em que essas imagens são apresentadas, buscando uma percepção positiva ou negativa da população negra em nossa sociedade.

## **METODOLOGIA**

A metodologia operacionalizada nesse trabalho trilhou o caminho das pesquisas pós-críticas que, emergidas a partir das décadas de 1970 e 1980, partiam dos princípios da fenomenologia, do pós-estruturalismo e dos ideais multiculturais, indo além da questão das classes sociais, tendo o sujeito como foco principal. Desse modo, buscando a compreensão dos estigmas étnicos e culturais como a racialidade, o gênero, a orientação sexual e todos os elementos próprios das diferenças entre as pessoas, para estabelecer o combate a opressão de grupos semanticamente marginalizados e lutar por sua inclusão no meio social (SILVA, 2003).

Paraíso (2012) comenta, a partir desse cenário, que a partir da teoria pós-crítica, compreendemos que a educação mudou e, por isso, precisamos construir novos paradigmas e reorganizar o processo de ensino e aprendizagem. Nesse período que chamamos de ‘pós-moderno’ precisamos romper as estruturas e as narrativas-mestras, fugindo desse impulso centralizador e totalizante do pensamento humano, responsável pelo discurso universal, legitimador de determinada história e homogeneizante, que hierarquiza, polariza e classifica o olhar sobre o mundo. Ou seja, nesse trabalho procuramos, através das imagens dos quilombos/quilombolas, desconstruir discursos e exaltar as diferenças, pois representam a luta do povo negro brasileiro.

Assim, a escolha do livro didático enquanto *corpus* de análise é dada pelo fato de ser um artefato eminentemente escolar e, também, por estar no centro dos atuais projetos educacionais, como um campo de produção do saber, moldado pelas relações de poder que o constituem. Pode ser visto como recurso de produção de sentidos e significados, determinando uma forma de ver e dizer a realidade, que no caso dessa pesquisa será observada através da análise das imagens dos quilombos e quilombolas veiculadas nos livros didáticos de Geografia.



A Geografia possui doze obras aprovadas no Programa Nacional do Livro e do Material Didático – PNLD de 2020 e cada uma delas possui uma resenha disponível no Guia Digital<sup>2</sup>, onde os (as) professores (as) podem ter uma visão geral do livro, uma descrição, análise e recursos oferecidos para o uso em sala de aula. Para essa pesquisa o recorte utilizado contempla quatro livros didáticos (Figura 1), de diferentes coleções, do 7º Ano do Ensino Fundamental do PNLD de 2020, selecionados a partir de obras que conseguimos emprestados, atentando ao fato de muitas escolas não possuírem livros suficientes para os alunos.

Figura 1. Quadro com os livros didáticos de Geografia analisados do PNLD 2020.

Coleção	Autor (es)	Editora
CONVERGÊNCIAS GEOGRAFIA	VALQUÍRIA PIRES GARCIA	SM
GERAÇÃO ALPHA GEOGRAFIA	FERNANDO DOS SANTOS SAMPAIO FLAVIO MANZATTO DE SOUZA	SM
ARARIBÁ MAIS GEOGRAFIA	CESAR BRUMINI DELLORE; MAIRA FERNANDES DANIEL; ZUNGOLO TEIXEIRA; ISABELA GORGATTI CRUZ; EUGENIO PACCELI DA FONSECA; JONATAS MENDONÇA DOS SANTOS; GUSTAVO NAGIB.	MODERNA
PANORAMAS GEOGRAFIA	MARCELO MORAES; ANGELA RAMA; DENISE PINESSO.	FTD

Fonte: Elaboração Própria, 2021.

A seleção das obras se justifica porque nessa série os objetos de conhecimento abordados são ideias e concepções sobre a formação territorial do Brasil; as características da população brasileira; desigualdade social e o trabalho; produção, circulação e consumo de mercadorias; mapas temáticos do Brasil; e biodiversidade<sup>3</sup>. Portanto, com maior probabilidade que a temática quilombos esteja presente, já que este é um tema constituinte da formação territorial brasileira.

Dentro desse contexto, evidencia-se o destaque do papel da imagem na produção de subjetividades, pois vivenciamos um período onde acontece a invenção da superioridade de uma cultura específica, que é transformada em valor universal. Por isso, ao olhar as imagens dispostas nos livros didáticos precisamos atentar ao cenário ao qual está inserida, neste caso, a estrutura do livro. Tonini atenta ao fato da obra didática ser “um lugar de produção de significados, como um artefato cultural no qual as verdades são fabricadas e postas em circulação.” (2002, p. 32 e 33). Por essa razão, cabe ao pesquisador investigar as estratégias

<sup>2</sup> Guia Digital PNLD 2020. Disponível em: <https://pnld.nees.ufal.br/>. Acesso em 13 de abr. de 2021.

<sup>3</sup> MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf). Acesso em: 12 out. 2020.



veiculadas nesses discursos, questionando-se: se os homens brancos ainda são os corpos universais, como os ‘não universais estão/são representados? De que forma os livros didáticos participam do racismo que estrutura a sociedade brasileira.

E, a partir dessa experiência, promover importantes reflexões acerca das diferenças que existem na sociedade, e a possibilidade de construção de imagens representativas da cultura africana no Brasil, a partir dos quilombos, que possui uma dimensão secular de resistência, fugir dessa matriz excessivamente eurocêntrica. Atualmente o pleito quilombola é uma alternativa política, não somente para regularização de seu território, mas também na busca de segurança (moradia; futuro); no resgate da cultura negra, de sua história, de seus sofrimentos e lutas; no respeito e admiração; e melhoria de políticas sociais e afirmativas, encontrando eco na luta de toda a população negra no Brasil.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

Em um primeiro momento analisa-se o livro didático enquanto um material de grande valor educacional, constituindo-se em um dispositivo de caráter pedagógico capaz de provocar e guiar possíveis mudanças na prática pedagógica. Autores como Tonini (2002) e Firmino (2020) entendem o livro didático enquanto artefato cultural, pois assume um lugar de produção de significados na prática cultural escolar, instruindo e educando a partir da disseminação de um conhecimento constituidor dos alunos, dentro e fora da sala de aula, formando suas concepções de mundo. Artefato este que foi submetido a regras, restrições, convenções e regulamentos de políticas educacionais e editoriais antes de chegar à escola, percorrendo um longo trajeto na sua elaboração, que é permeado de disputas, embates, lutas e negociações na busca por uma hegemonia de determinado domínio cultural. Nesse contexto, o PNLD acaba representando o maior filão do mercado editorial brasileiro.

Quanto ao PNLD, conforme apontam autores como Oliveira (2019) e Duarte (2007), encontramos, entre as décadas de 1930 e 1990 no Brasil, leis que se referem aos livros didáticos, observando-se desde a criação de um órgão específico para legislar sobre políticas específicas do livro didático - o Instituto Nacional do Livro – INL (1937) e para auxiliar no aumento de sua produção, até a criação de diversos Decretos que normatizavam os livros a serem adotados nas escolas, em que eram formadas equipes técnicas que aprovariam os livros, assim como a implementação de novas diretrizes.

O Programa Nacional do Livro e do Material Didático – PNLD é criado em 1985, trazendo novas diretrizes na produção dos livros didáticos, em que o material passou a ser



analisado de maneira mais cuidadosa e crítica. A avaliação e a escolha dos livros deveriam ser feitas pelos docentes e a condução do PNLD caberia a Fundação de Assistência ao Estudante – FAE em parceria com as secretarias estaduais de educação (OLIVEIRA, 2019). Porém, foi a partir da Portaria nº 9.542, de 10 de maio de 1995, de maneira gradativa que se fixa o grandioso programa de distribuição de livros didáticos em escala nacional para os estudantes do Ensino Fundamental – EF e, em 1996, inicia-se o processo de avaliação pedagógica dos livros inscritos para o PNLD de 1997 (DUARTE, 2007).

Portanto, para compreender o livro didático no Brasil é necessário analisar as tramas de poder que estão em ação durante seu desenvolvimento, assim como os diversos atores envolvidos nesse jogo, pois eles lutam pela legitimação do conhecimento que deve ser tido como oficial e veiculado no livro didático. Nesse contexto, Firmino (2020) explica que o livro didático brasileiro é produzido por meio de práticas políticas e econômicas, que se configuram através de instituições e sujeitos em suas relações com a produção de verdades e, por essa razão, a obra didática, é, antes de mais nada, um complexo objeto escolar, possuidor de caráter político, uma vez que é produzido e moldado pelas relações de poder que o atravessam.

Firmino (2020) comenta que a Modernidade inventa uma superioridade, no caso específico dessa pesquisa, a branca europeia ‘civilizada’ e, aqueles fora dessa ‘caixinha’, os negros, são os ‘outros, os ‘selvagens’ e ‘primitivos’, a partir de valores culturais que são transformados em valores universais, gerando o discurso eurocêntrico. Nesse contexto autores como Costa e Dantas (2016), comentam que não devemos conceber o livro didático como um material isento de análises e reflexões, para que, assim, não se torne um reprodutor de discursos hegemônicos, mas pelo contrário, saiba utilizar os conteúdos em uma perspectiva crítica-reflexiva.

A partir destes entendimentos a pesquisa investigou as imagens dos quilombos e dos quilombolas presentes nos livros didáticos de geografia do 7º Ano do Ensino Fundamental aprovados no PNLD de 2020, e como atuam na construção de discursos sobre a luta dos negros no Brasil, estabelecendo uma suposta verdade ou realidade sobre questões étnico-raciais.

Comenta Schwengber (2012), imagens, enquanto meio de comunicação e de representação possuem centralidade no mundo contemporâneo, pois não as compreender enquanto possibilidade de instrumento metodológico é negligenciar um importante material de apreensão da experiência humana. Isso porque as imagens produzem significados, nesse caso, tanto para os estudantes quanto para os docentes, já que são uma cópia ou modelo



estético produzidos no intuito de reproduzir um discurso pré-concebido, característico de nossa atual sociedade, ideia corroborada por Novaes (2011).

A partir desse cenário discutiu-se sobre a aplicação da Lei nº. 10.639, de 9 de janeiro de 2003 e sua influência na produção do livro didático de Geografia, já que altera as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, incluindo no currículo escolar o ensino da História e Cultura Africana e Afro-brasileira. A Lei nº 10.639/03 é fruto das lutas dos movimentos negros na busca de equidade entre negros e brancos. Essa luta não é recente, a resistência, no caso dos quilombos se inicia antes mesmo do fim da escravidão, no ano de 1888, tratando-se de estratégias para inserção política e social na sociedade e para a superação do racismo. Por esta razão a necessidade de mecanismos para valorização da história e da cultura africana e afro-brasileira, bem como para a promoção da igualdade racial na escola.

Esta lei federal apresenta-se com uma ferramenta importante na elaboração do livro didático, assim como auxilia na investigação das formas discursivas presentes nas obras, abrindo espaço para o debate sobre a hierarquização entre grupos raciais brancos e negros, assim como a manutenção das relações de dominação entre os grupos raciais dentro e fora da escola. Sobre o tema Santos (2011) diz que a lei reposiciona o negro e a racialidade na educação, transformando o silenciamento em denúncia e problematização, para que se construa uma educação que busque a igualdade racial.

Esse reposicionamento do negro encontra eco na luta dos remanescentes de comunidades quilombolas, tanto na manutenção de seus territórios quanto de suas identidades étnico-raciais. Esses aspectos simbólicos e culturais ecoam a resistência contra uma conjuntura política que é totalmente desfavorável a população negra, desde o período escravagista. São comunidades que resgatam a denominação ‘quilombos’ para evocar a luta dos negros no Brasil por meio da união dessas comunidades e da ligação afetiva com o território que habitam, admitindo-se, então, um território definido através de suas imagens e representações, surgindo uma dimensão mais simbólica que podemos denominar de territorialidade, eficaz na construção da identidade étnico-racial (SILVA, 2015).

Segundo Marques e Gomes (2013), a questão do direito de grupos quilombolas à sua territorialidade permaneceu não tematizado no espaço público geral desde a abolição da escravidão (1888) até a Constituição Federal – CF – de 1988. Algumas das principais referências legais em vigor sobre a regularização de territórios quilombolas inicia com a Constituição Brasileira de 1988, marco fundamental na história da mudança de classificação e tratamento às comunidades quilombolas. Primeiro a partir do artigo 68 das Disposições Transitórias e também os artigos 215 e 216, assim como o Decreto nº 4887 de 20 de



novembro de 2003 e a Instrução Normativa nº 57 do INCRA de 2009. Assim, o atual conceito de quilombo está fundamentado em torno de 3 paradigmas, que são encontradas nas legislações citadas: 1. Remanescentes (nomação); 2. Terras de uso comum (questão fundiária); e 3. Etnicidade (resgate da cultura).

Percebemos a evolução legal que trata sobre os direitos dos quilombos/quilombolas, fato que deveria dar visibilidade a essas comunidades e sua cultura, exatamente o que a Lei nº 10.639/03 objetiva. Entretanto, apesar de passados tantos anos, Silva (2007), constata, em uma revisão conceitual dos livros didáticos a partir das imagens dos remanescentes quilombolas veiculadas que, de maneira geral, a cultura negra e a história da África seguem expostas de maneira estereotipadas e, por essa razão, precisamos rever, ressignificar e olhar sob outros ângulos a representação dessas comunidades nos livros didáticos, pois a luta quilombola é, também, a luta do povo negro brasileiro.

Assim sendo, a pesquisa buscou problematizar essa representação ao mostrar como essa parcela da população ainda está congelada em imagens com afetos de submissão, negação, silenciamento, e perceber, nas relações de forças, os discursos instituídos que privilegiam alguns e inferiorizam outros. Analisa-se, também, se os livros visam somente o atendimento aos quesitos do edital, mantendo a narrativa eurocêntrica, que coloca a sociedade esteticamente regida por um paradigma branco. Ou se houve algum aprimoramento no que se refere ao debate étnico-racial e seus desdobramentos no campo da Geografia Escolar, tratando a história dos negros brasileiros para além da escravidão, buscando seus aspectos culturais e possibilitando sua apresentação de maneira positiva aos alunos, especialmente no que se refere aos quilombos e quilombolas.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Nesse contexto, foram analisadas quatro obras do 7º Ano do Ensino Fundamental (Araribá mais geografia; Geração Alpha Geografia; Panoramas geografia 7; Convergências: geografia), cujo conteúdo é o Brasil e suas características. Cada livro se organiza de maneira similar quanto a ordem dos conteúdos, trazendo inicialmente a questão do território brasileiro e suas características, depois trabalham com a população brasileira, industrialização, urbanização e o espaço rural, para posteriormente trabalhar com as Regiões Norte, Nordeste, Sudeste, Centro-Oeste e Sul. As obras também apresentam boxes/seções com informações ou textos adicionais, seja entre o capítulo ou no final, após as atividades; sugestões de sites e livros; significado de termos encontrados nos textos. As três obras : 1) Convergências ; 2)





Alpha ; 3) Panoramas, iniciam suas unidades com leitura de imagens e questionamentos para os alunos.

Essa caracterização se faz necessária para que se possa mostrar onde estão inseridas as imagens dos quilombos/quilombolas nos livros didáticos, para, assim, realizar a análise do contexto em que foram apresentadas, buscando uma percepção positiva ou negativa da população negra em nossa sociedade. Importante, pois “as imagens são produtoras de uma dada sensibilidade e instauradoras de dada forma de ver e dizer a realidade”. (SCHWENGBER, 2012, p. 265).

Na análise dos quatro livros didáticos encontramos dez imagens referentes aos quilombos/quilombolas. Serão analisadas primeiramente as Figuras 2, 3 e 4.

Figura 2. Quilombo de Pedro Cubas, no município de Eldorado, SP (2013)<sup>4</sup>.



Fonte: DELLORE, Cesar Brumini et el. Araribá mais, 2018<sup>5</sup>

Figura 3. Quilombo Urbano de Canoas/RS. Figura 4: DELLORE, Cesar Brumini et el.

Araribá mais, 2018.



Fonte: Figuras 2 e 3: DELLORE, Cesar Brumini et el. Araribá mais, 2018

<sup>4</sup> Os títulos das figuras são baseados naqueles dados pelos autores dos livros didáticos.

<sup>5</sup> DELLORE, Cesar Brumini et el. **Araribá mais geografia**. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2018.



Na investigação das imagens acima, percebe-se que ainda existe disparidade na “qualidade<sup>6</sup>” de imagens de brancos em relação a de negros apresentadas nos livros didáticos de Geografia analisados e, quando se trata do tema quilombo/quilombola, muitas vezes, a imagem está associada a aspectos ou situações negativas, como pobreza ou trabalhos socialmente menosprezados, nesse último caso reforçando essa situação racializada no mercado de trabalho. As Figuras 5, 6 e 7 reforçam essa situação racializada no mercado de trabalho.

Figuras 5 e 6. Pesquisadoras em laboratório do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, em São José dos Campos/SP (2015) e laboratório da Embrapa, em Londrina/PR. (2016).



Fonte Figuras 5 e 6: SAMPAIO, Fernando dos Santos; MEDEIROS, Marlon Clovis de. *Geração Alpha Geografia*, 2017<sup>7</sup>

Figura 7. Trabalhador em indústria de reciclagem de plástico em Manaus/AM. (2012).



Fonte: DELLORE, Cesar Brumini et al. *Araribá mais*, 2018.

<sup>6</sup> Aqui estamos nos referindo aos aspectos positivos e negativos das imagens.

<sup>7</sup> SAMPAIO, Fernando dos Santos; MEDEIROS, Marlon Clovis de. *Geração Alpha Geografia*. 1. ed. São Paulo: Edições SM, 2017.



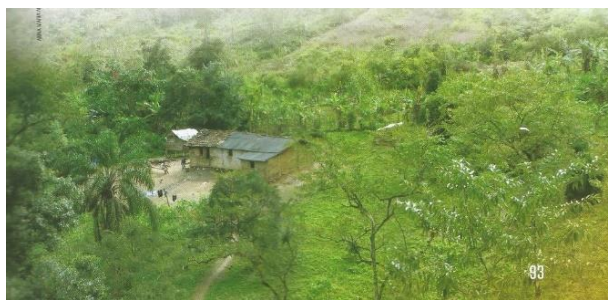
Nesse contexto, segundo Tonini (2002), constrói-se uma modalidade discursiva que elege os atributos específicos para determinado grupo de pessoas, um sistema classificatório que produz uma diferenciação socioeconômica e cultural, estabelecendo hierarquias. Ou seja, as imagens são selecionadas já com significados direcionados para essa representação, pois faz uma distinção na operação de marcadores, cor da pele, e possibilita a discriminação do negro frente ao branco (DUARTE, 2007). Este discurso está além dos quilombos, ela se refere a representação do povo negro nos livros didáticos, pois são trazidos conteúdos, imagens e textos em que a população negra ainda é inferiorizada, oposto ao objetivo da Lei 10.639/03, que é a reavaliação do papel do negro na história do Brasil, além de sua valorização.

Quanto as Figuras 8 e 9, estas mostram o espaço do quilombo, percebendo-se que elas apresentam locais precarizados e que denotam isolamento, como se os quilombos, assim como no passado, fossem lugares para onde os escravizados fugiam em busca de refúgio, de um lugar isolado para se esconder. Indiferente ao significado dado atualmente ao quilombo, de terras utilizadas pelos remanescentes para fins econômicos e culturais, seja no campo ou na cidade (Figuras 8 e 9).

Figura 8. Vista de parte do Quilombo de Sacopã, no Rio de Janeiro/RJ.



Figura 9. Quilombo de Bombas, em Iporanga/SP (2015).



Fonte Figuras 8 e 9: PAULA, Marcelo Morais et al. *Panoramas geografia* 7, 2019<sup>8</sup>

Nesse contexto, percebe-se que a luta dos negros no Brasil não pode ser desvinculada das imagens dos quilombos/quilombolas que estão no livro didático, pois o discurso determinista está ali em circulação, perpetuando preconceitos, reproduzindo padrões de cultura, de vida e beleza estereotipados (Figuras 10 e 11).

<sup>8</sup> PAULA, Marcelo Morais et al. *Panoramas geografia* 7. 1. ed. São Paulo: FTD, 2019.



Figura 10. Escola quilombola na Comunidade Kalunga de Vão das Almas (2017).



Fonte : PAULA, Marcelo Morais et al. **Panoramas geografia 7**, 2019.

Figura 11. Integrantes do Quilombo Limoeiro, localizado entre Bacupari e Palmares do Sul/RS (2016).



Fonte: DELLORE, Cesar Brumini et el. Araribá mais, 2018.

Os livros didáticos ainda trazem muitas imagens do período escravocrata, reforçando essa representação étnico-racial negativa da população negra na construção da sua identidade, inventada através de seus usos socioeconômico e hierarquizante, que, de acordo com Tonini, elabora “uma linha divisória entre as identidades étnicas” (2002, p. 101), e transmitindo, de maneira subjetiva, através dessas imagens, um discurso eurocêntrico de que existe uma cultura perfeita e outras ‘imperfeitas’. Infelizmente, esse discurso ainda se faz presente na atualidade, por essa razão, Costa e Dantas (2016), comentam que não devemos conceber o livro didático como um material isento de análises e reflexões, para que, assim, não se torne um reproduzidor de discursos hegemônicos, mas pelo contrário, saiba utilizar os conteúdos em uma perspectiva crítica-reflexiva.

Nesse cenário, se percebe uma clara diferenciação socioeconômica nas imagens das comunidades quilombolas, trazidas também nos textos que fazem parte das obras didáticas, pois falam desses espaços ainda como o antigo refúgio de escravizados e socialmente excluídos; um dos textos diz que são espaços rurais, esquecendo de mencionar que existem também em espaços urbanos; citam que são grupos homogêneos, o que não é verdade, pois os mesmos se autodeclaram como remanescentes de quilombos, mas não necessariamente

existem somente pessoas negras ali; espaços de conflitos agrários; com falta de assistência e lugares de fome e doença.

Esses textos, aliados as imagens mostram, conforme Schwengber (2012, p. 267), que “seus significados nunca são inocentes”, as imagens são discursos e estão sempre ligadas a um regime de poder, organizando experiências, induzindo leitores a ver algumas coisas e outras não. Podemos observar, por exemplo, em quatro imagens, a sensação de que, ao chegar no quilombo iremos logo nos deparar com alguma atividade religiosa de matriz africana, com pessoas trajando roupas típicas dessas celebrações, ou alguma festividade com a culinária típica baiana (Figuras 12, 13 e 14).

Figura 12. Mulher quilombola de Bongaba. Magé (RJ). 2016.



Fonte: SAMPAIO, Fernando dos Santos; MEDEIROS, Marlon Clovis de. Geração Alpha Geografia, 2017.

Figura 13. Vendedora de acarajé (Salvador/BA).



Fonte: DELLORE, Cesar Brumini et al. Araribá mais, 2018.

Figura 14. Quilombolas, por Lúcia Gaspar (2016).



Fonte : GARCIA, Valquíria Pires. **Convergências: geografia** , 2016<sup>9</sup>.

<sup>9</sup> GARCIA, Valquíria Pires. **Convergências: geografia**. 1. ed. São Paulo: Edições SM, 2016.



O que não é a realidade, mas sim um discurso que posiciona a população negra enquanto os Outros que, segundo Tonini (2002) são aqueles que não compartilham do padrão hegemônico ocidental e são colocados em uma posição de inferioridade. No caso da população negra, essa teve sua cultura excluída, silenciada, negada e inferiorizada nos discursos eurocentrados, evidenciando o quilombo ou mesmo os espaços de maioria negra, as periferias das cidades, como lugares desiguais e, no livro didático, essas imagens já aparecem com esse significado atribuído. Duarte (2007, p. 30), comenta que “enquanto uns são capturados para lugares e posições privilegiadas, outros são designados para lugares e posições nem sempre vantajosas, constituindo identidades étnicas diferenciadas por meio de distintos mecanismos”, como podemos observar nas figuras 15 e 16.

Figura 15. ANGELI. Charge - Feriado: dia da consciência negra. 2006.



Figura 16. ANGELI/Acervo do chargista.



Fonte Figuras 15 e 16: DELLORE, Cesar Brumini et al. Araribá mais, 2018.

A presença africana na cultura brasileira é enorme, mas existem limitações para entendê-la, devido a fraca abordagem de história africana nas escolas, assim como dos movimentos políticos engendrados por esta parcela da população na busca de equidade de direitos. As consequências disso são: retira a oportunidade dos negros brasileiros de construir uma identidade positiva sobre sua história; abre espaço para ideias preconceituosas sobre a população negra; o continente africano fica em desvantagem em sua apresentação no currículo; e nega a população brasileira o conhecimento das influências africanas na nossa cultura (ALGARVE, 2004). Essas limitações, infelizmente, de acordo com Tonini (2002), para alunos e alunas, acabam por ser formadores de sentido sobre suas identidades. Duarte diz:



Uma das funções do livro didático também é formar estudantes para construírem sua identidade, a valorização da sua cultura, os seus valores éticos, morais, entre outros. Silenciar sobre os modos de vida de uma sociedade capitalista, atividades industriais, lugares bonitos, ocupações mais privilegiadas sociais e economicamente, contribui para desencadear um processo de discriminação para com os africanos. Também sombrear a importância da etnia/raça africana na contribuição do nosso país, dos seus costumes, de sua economia, contribui não só para que a cultura africana fique oculta, esquecida, mas também para a formação de estereótipos frente às outras. (DUARTE, 2007, p. 46 e 47).

Assim, precisamos ultrapassar essa imagem, (re) educando nosso olhar para além desse discurso da superioridade dos brancos europeus, que relegada, não somente a população negra, mas aqueles que estão fora desse padrão eurocêntrico a posições subalternas na sociedade brasileira, sendo suas práticas culturais criminalizadas e marginalizadas.

À vista disso, voltando ao significado de quilombo, os grupos ganham uma capacidade de ação ao se apropriarem deste termo para reafirmar a sua luta pelo direito a terra e a condições dignas de existência, desta forma, o passado da luta de seus ancestrais se confunde com a luta que a população negra enfrenta nos dias de hoje (SILVA, 2015). Desta maneira, conforme Sahr (2011), ser um quilombola significa compartilhar uma mesma existência, um modo de vida, em que as perspectivas culturais, religiosas, ambientais, econômicas, históricas, geográficas e sociológicas estão todas integradas. E, por esta razão, como a desqualificação da população negra, os lugares que habitavam foram sendo ou abandonados pelo poder público ou solicitados por grupos de maior poder junto ao Estado, a identidade cultural destes quilombos está relacionada hoje a compreensão de sua trajetória histórica, estratégias de sobrevivência e autodeterminação (SOMMER, 2011).

Nesse contexto, a Geografia tem um papel importante na busca pela resignificação dos saberes instituídos quanto a África e cultura Afro-brasileira, desinstitucionalizando esse viés eurocentrado, mantenedor dos discursos hegemônicos. Apoiada na Lei 10.639 na busca por uma educação multicultural que contribua para a consolidação da perspectiva democrática na educação brasileira e possibilitando a compreensão do papel dos sujeitos em sociedade e seus posicionamentos perante o sistema mundo (SANTOS, 2010).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente trabalho procurou analisar como são apresentadas as imagens dos quilombos/quilombolas nos livros didáticos de Geografia e como atuam na construção de discursos sobre a luta dos negros no Brasil, a partir da compreensão do livro didático enquanto artefato cultural imerso em relações de poder que envolve a sua produção através do



Programa Nacional do Livro e do Material Didático – PNLD. Também se apresentou as análises das imagens dos quilombos/quilombolas nos livros didáticos de Geografia enquanto constituidoras de significados que constroem a luta da população negra no Brasil.

O interesse pelo estudo das imagens das comunidades quilombolas veiculadas nos livros didáticos surgiu porque a população negra tem sido vítima constante de violências, desde psicológicas até as físicas, desde o início da escravidão no Brasil, por volta de 1530. Violências que não cessaram com a abolição e que continuam presentes até os dias atuais. São quase 500 anos em que tem sido negado ao povo negro acesso a serviços básicos, como educação, moradia e saúde, promovendo a exclusão e o preconceito racial, a partir de práticas, hábitos, situações e falas que estão embutidos em nossos costumes. E o livro didático não foge dessa regra, pois reproduz o racismo generalizado na sociedade brasileira, sendo que a própria escola reproduz e silencia diante do preconceito.

A partir das análises dessas imagens nos livros didáticos, verificou-se que o preconceito e a discriminação ainda aparecem no livro didático, no momento em que existem diferenciações na forma como são representados os negros e os brancos, mesmo que hoje há um amparo pela Lei nº 10.639/03, principal instrumento de combate ao racismo na educação e fruto da luta antirracista do Movimento Negro brasileiro, ator central na construção dessa lei.

Os discursos dos livros didáticos de Geografia, inserido no modelo capitalista ocidental, constroem um sistema classificatório que produz uma diferenciação socioeconômico e cultural quando observamos as imagens das comunidades quilombolas, pois são estabelecidas hierarquias em que existe a pretensa superioridade do padrão europeu, branco, que é tomado como referência de estética universal. Nesse contexto, com a análise das imagens se constata que, em pleno século XXI, uma representação imperfeita do povo negro, ainda rotulados como se estivessem fora do modelo padrão, independente do fato de representar mais da metade da população brasileira. E esses discursos impactam na luta dos negros no Brasil, uma vez que as comunidades quilombolas também estabelecem articulações em diferentes instâncias, seja em âmbito municipal, estadual e/ou federal, com partidos políticos e/ou organizações da sociedade civil para a condução da luta contra o preconceito e o racismo, assim como da representatividade no Brasil.

O povo negro, junto com os indígenas, foram os responsáveis pela construção do nosso país, movimentando a economia e estabelecendo cidades, formando o Brasil conforme conhecemos hoje. Por essa razão, é urgente que essa visão única do conhecimento e de mundo, baseada nessa perspectiva eurocêntrica seja eliminada, ressignificando uma história





que foi destituída pelo processo colonial. E, assim, dando o protagonismo e a valorização da identidade negra que a tanto tempo são negados.

O livro didático de Geografia, hoje, à luz da Lei nº 10.639/03, traz algumas poucas imagens positivas da população negra, como crianças brincando e sorrindo, famílias felizes, figuras em gráficos dos mais variados temas, como a evolução da população brasileira, por exemplo, mas isso ainda representa uma minoria quando comparado a representação da parcela branca da população. O fato da questão quilombola ser tratada nas obras analisadas deve ser visto como ponto positivo, mostrando que a estratégia política de luta dos movimentos negros no Brasil está dando resultado. Estratégia que trata sobre os direitos dos quilombos e quilombolas, dando visibilidade a essas comunidades e sua cultura, comunidades que estão unidas e ligadas afetivamente ao território que habitam, construindo, dessa forma, identidade étnico-racial. Entretanto, a generalização da população negra e também do continente africano ainda é uma realidade e cabe a sociedade, aqui incluindo a escola e nós professores, lutar por uma autêntica democracia racial. Possibilitando, assim, uma mudança cultural e contribuindo para a luta contra o racismo em nossa sociedade.

## REFERÊNCIAS

ALGARVE, V. A. **Cultura Negra na sala de aula: pode um cantinho de Africanidades elevar a auto-estima de crianças negras e melhorar o relacionamento entre crianças negras e brancas?**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, p. 154. 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/2661/DissVAA.pdf?sequence=1>. Acesso em: 21 abr. 2021.

COSTA, G. B. A.; DANTAS, D. N. O livro didático de Geografia e as questões de gênero: algumas reflexões. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, v. 6, n. 11, p. 323-340, 2016. Disponível em: <http://www.revistaedugeo.com.br/ojs/index.php/revistaedugeo/article/view/339/194>. Acesso em 30 mar. de 2021.

DUARTE, D. P. **Cenários Étnicos/Raciais nos Livros Didáticos de Geografia - um clique na África**. Monografia (Especialização em Geografia). Centro de Ciências. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2007.

FIRMINO, L. C. **Fotoatlas: uma cartografia de gênero em imagens de livros didáticos de Geografia**. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/216215>. Acesso em 10 abr. de 2021.

MARQUES, C. E.; GOMES, L. A Constituição de 1988 e a ressignificação dos quilombos contemporâneos - Limites e potencialidades. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**



(RBCS), 176, São Paulo, Vol. 28, n° 81, fevereiro/2013. Disponível em:  
<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v28n81/09.pdf>. Acesso em: 25 abr. de 2021.

OLIVEIRA, A. G. de. **O Livro didático de geografia como estratégia de governo.** Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2019. Disponível em:  
<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/189840/001090162.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 10 mar. de 2021.

PARAÍSO, M. A. Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação e currículo: trajetórias, pressupostos, procedimentos e estratégias analíticas. In. MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves (Orgas.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação.** Belo Horizonte: Mazza, 2012.

SAHR, C. L. L. et al. **Geograficidades quilombolas:** estudo etnográfico da comunidade de São João, Adrianópolis - Paraná. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2011.

SCHWENGBER, M. S. V. O uso das imagens como recurso metodológico. In. MEYER, D. E.; PARAÍSO, M. A. (Org.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação.** Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.

SANTOS, R. E. dos. Ensino de Geografia e currículo: questões a partir da lei 10.639. **Terra Livre.** Rio de Janeiro, Vol. 1 N°. 34, jan-jun, 2010, p. 141-160. Disponível em:  
<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/view/1702/2995>. Acesso em 10 jul. de 2021.

\_\_\_\_\_. A lei 10.639 e o ensino de geografia: construindo uma agenda de pesquisa-ação. **Revista Tamoios**, v. 7, n. 1, p. 04 - 24, set. 2011. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/view/1702/2995>. Acesso em: 06 abr. 2021.

SILVA, E. S. da. O passado que teima em ser presente: uma abordagem sobre o livro didático no trato da questão quilombola. In. MARCON, Frank; SOGBOSSI, Hippolyte Brice. **Estudos africanos, história e cultura afro-brasileira: olhares sobre a Lei 10.639/03.** São Cristóvão: Editora UFS, 2007. Disponível em: <https://bityli.com/m5gE0>. Acesso em: 07 abr. 2021.

SILVA, T. de M. **Trajetórias de desterritorializações e reterritorializações** – Estudo de caso: comunidade quilombola da Família Fidélis – Porto Alegre/RS. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, p. 186. 2015. Disponível em:  
<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/131886/000981034.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 06 abr. 2021.

SOMMER, M. F. **Territorialidade negra:** a herança africana em Porto Alegre: uma abordagem sócio-espacial. Porto Alegre: Michelle Farias Sommer, 2011.

TONINI, I. M. **Identidades Capturadas:** gênero, geração e etnia na hierarquia territorial dos livros didáticos de geografia. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2002. Disponível em:  
<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/3191/000245793.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 28 set. de 2019.